

STJ00109403

COORDENAÇÃO:  
HELENO TAVEIRA TORRES  
JIMIR DONIAK JR.

# **AGRONEGÓCIO, TRIBUTAÇÃO E QUESTÕES INTERNACIONAIS**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, outono de 2019  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**HELENO TAVEIRA TORRES E JIMIR DONIAK JR.  
(COORDENAÇÃO)**

*Agronegócio, Tributação e questões internacionais*  
São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 85-7674-548-8

1. Direito Tributário 2. Agronegócio. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

*Email*: quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Prefácio .....	13
<b>O REINTEGRA como Instrumento de Desoneração de Exportação não se Confunde com Incentivo Fiscal .....</b>	<b>19</b>
HELENO TAVEIRA TORRES	
<b>As regras de preços de transferência: PCI e PECEX. Aplicação para o agronegócio (“commodities”). Algumas ponderações .....</b>	<b>49</b>
FÁBIO PALLARETTI CALCINI	
<b>Funrural: Julgamento pelo STF e Resolução do Senado Nº 15 .....</b>	<b>79</b>
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	
<b>Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), Incidente sobre o Resultado da Atividade Rural – Integralização de Bens, Realizada por Condomínio de Produtores Rurais (Pessoas Físicas) – Impossibilidade Jurídica da Inclusão dos Valores de Tais Bens, na Base de Cálculo do Tributo – Questões Conexas .....</b>	<b>97</b>
ROQUE ANTONIO CARRAZZA	
<b>Agronegócio e Disputas Comerciais Internacionais .....</b>	<b>143</b>
CARLOS HENRIQUE ABRÃO	
<b>Notas Sobre a Ação de Produção Antecipada de Provas .....</b>	<b>159</b>
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO	
LUCAS DANTAS	
<b>Arrendamento e Parceria Rural, o IFRS 16 e Consequências na Tributação</b>	<b>173</b>
GIANCARLO CHAMMA MATARAZZO	
OCTAVIO RIZKALLAH ALVES	
<b>Impactos Tributários da Reforma Trabalhista no Agronegócio .....</b>	<b>193</b>
BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS	
CARLA MENDES NOVO	
<b>Agronegócio e Disputas Comerciais Internacionais .....</b>	<b>219</b>
RENATO BURANELLO	
<b>Depreciação Acelerada Incentivada para Pessoa Jurídica que Explore a Atividade Rural .....</b>	<b>241</b>
JIMIR DONIAK JR.	

<b>Imposto Territorial Rural – Alterações.....</b>	<b>269</b>
MARCELO PERES CARVALHO LEMOS DE MELO	
<b>Contribuições previdenciárias devidas pelas empresas agroindustriais calculadas sobre a receita bruta. Não tributação das vendas e de outras receitas “atípicas” .....</b>	<b>287</b>
BRUNO FAJERSZTAJN	
<b>Imunidade da contribuição ao SENAR sobre as receitas de exportação ..</b>	<b>313</b>
JOANA BATISTA	
DÉBORA R. GASQUES	
<b>A contribuição sobre a receita do produto rural na exportação indireta....</b>	<b>329</b>
EDUARDO LOURENÇO GREGÓRIO JÚNIOR	
RUDY MAIA FERRAZ	
<b>ICMS e perdas nos processos de produção e de comercialização .....</b>	<b>355</b>
EDUARDO PEREZ SALUSSE	
<b>O ITR e alguns Problemas Relativos à Sua Base de Cálculo .....</b>	<b>373</b>
FERNANDO FACURY SCAFF	
ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA	
GABRIEL HERCOS DA CUNHA	
<b>Tributação do Agronegócio: uma Abordagem Sistematizada .....</b>	<b>391</b>
LEONARDO FURTADO LOUBET	
<b>Funrural: Questões Pós-Julgamento do RE Nº 718.874/RS .....</b>	<b>435</b>
MARCELO GUARITÁ BORGES BENTO	
<b>PIS/COFINS e Conceito de Insumo na Agroindústria.....</b>	<b>459</b>
MÁRIO LUIZ OLIVEIRA DA COSTA	
<b>Consistência e Legitimidade dos Incentivos Fiscais do Agronegócio Brasileiro .....</b>	<b>477</b>
PEDRO GUILHERME GONÇALVES DE SOUZA	
<b>Considerações sobre a não cumulatividade do PIS/Cofins nas diferentes atividades no agronegócio .....</b>	<b>495</b>
FLORENCE HARET	
<b>Incentivos econômicos previstos pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e o imposto territorial rural – ITR .....</b>	<b>507</b>
FRANCISCO DE GODOY BUENO	

**HELENO TAVEIRA TORRES**

**JIMIR DONIAK JR**

Coordenadores

# **AGRONEGÓCIO, TRIBUTAÇÃO E QUESTÕES INTERNACIONAIS**

## **VOLUME II**

<b>AMANDA OLIVEIRA BREDA REZENDE</b>	<b>JIMIR DONIAK JR.</b>
<b>BRUNA CAMARGO FERRARI</b>	<b>LEONARDO FURTADO LOUBET</b>
<b>CARLOS ROBERTO OCCASO</b>	<b>LUCAS BEVILACQUA</b>
<b>CAROL SAYEG</b>	<b>MANUEL EDUARDO C. MACHADO BORGES</b>
<b>DIEGO AUBIN MIGUITA</b>	<b>MARCELO GUARITÁ BORGES BENTO</b>
<b>DIOGO OLM ARANTES FERREIRA</b>	<b>NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA</b>
<b>EDUARDO DIAMANTINO</b>	<b>PAULO HONÓRIO DE CASTRO JÚNIOR</b>
<b>EDUARDO LOURENÇO</b>	<b>PEDRO GUILHERME GONÇALVES DE SOUZA</b>
<b>FÁBIO PALLARETTI CALCINI</b>	<b>PRISCILA FARISCO ROCHA LEITE</b>
<b>FELIPE COSTA ALBUQUERQUE CAMARGO</b>	<b>RENÉ GUILHERME S. MEDRADO</b>
<b>FERNANDO FACURY SCAFF</b>	<b>RUDY MAIA FERRAZ</b>
<b>FLORENCE HARET</b>	<b>TÁCIO LACERDA GAMA</b>
<b>FRANCISCO DE GODOY BUENO</b>	<b>TATIANA MIDORI MIGIYAMA</b>
<b>GABRIEL HERCOS DA CUNHA</b>	<b>THALES SALDANHA FALEK</b>
<b>HELENO TAVEIRA TORRES</b>	

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2021  
quartierlatin@quartierlatin.art. br  
www.quartierlatin.art. br

**HELENO TAVEIRA TORRES; JIMIR DONIAK JR. (COORDS.).**

*Agronegócio, Tributação e Questões Internacionais – Volume II*

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-111-6

1. Direito Tributário. 2. Tributação. 3. Agronegócio. 4. Exportação. 5. Direito Tributário Constitucional. 6. CARF. 7. Produtor Rural. 8. Estatuto da Terra. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Pedro Monte Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

*Email*: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação .....	15
--------------------	----

### **I. Integração Vertical no Cooperativismo Brasileiro e o FUNRURAL, 19**

*Heleno Taveira Torres*

1. A integração vertical nas atividades agrossilvipastoris no cooperativismo brasileiro .....	19
1.1. Cooperativas e formas contratuais de integração vertical.....	22
2. Ilegalidade da exclusão do contrato de integração vertical do ato cooperativo .....	26
2.1. A contribuição social do art. 25 da Lei nº 8.212/1991 e a exigência de base de cálculo majorada por ficção.....	33
3. Contornos jurídicos da contribuição prevista no art. 25 da lei nº 8.212/1991.....	35
3.1. A responsabilidade da cooperativa pelo recolhimento da “contribuição FUNRURAL” devida por seu cooperativado – Reflexos da Resolução do Senado Federal nº 15/2017 .....	47
3.2. Situação atual da “contribuição FUNRURAL”, prevista no art. 25 da Lei nº 8.212/91 e as hipóteses de parceria e de integração .....	54
4. Síntese conclusiva .....	58

### **II. Crédito Presumido das Contribuições ao PIS/COFINS no Frete na Aquisição de Insumos, 63**

*Nereida de Miranda Finamore Horta*

Introdução .....	63
Sobre a não cumulatividade .....	67
Do desconto do frete .....	72
Conclusões .....	86

### III. Contribuição ao Senar: Questões Controversas, 89

*Marcelo Guaritá Borges Bento e Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges*

I. Introdução .....	89
II. Natureza jurídica e regra matriz.....	93
III. Inconstitucionalidade da base de cálculo sobre receita bruta da comercialização.....	95
IV. Limitação da base de cálculo sobre folha de salários.....	98
V. Exclusão do ICMS da base de cálculo sobre receita bruta.....	100
VI. Senar e a subrogação.....	104
VII. A incidência do senar sobre a exportação.....	107
VIII. Conclusões .....	111

### IV. Imunidades Tributárias do Agroexportador Via *Tradings Companies*, 115

*Fernando Facury Scaff e Lucas Bevilacqua*

1. Introdução .....	115
2. O Princípio do país do destino e a imunidade tributária das exportações indiretas, via <i>trading companies</i> .....	116
3. Imunidade tributária de ICMS nas exportações indiretas (art.155, §2º,X, a) .....	118
4. Imunidades tributárias das contribuições previdenciárias ante a não incidência sobre as “receitas decorrentes de exportação ”(art. 149, §2º, I).....	122
5. Considerações Finais .....	126
6. Referências.....	126

### V. O Renovabio e sua Tributação, 127

*Jimir Doniak Jr.*

Introdução .....	127
I. A natureza jurídica do CBIO .....	129
II. Tratamento tributário .....	137
II.a. Imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro relativos ao emissor primário de CBIO (produtor ou importador de biocombustível).....	137



II.b. A contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS relativos ao emissor primário de CBIO (produtor ou importador de biocombustível).....	140
II.c. A contribuição sobre a receita bruta, substituída sobre a folha, no caso de o emissor primário de CBIO ser uma agroindústria.....	142
II.d. Tributação sobre o distribuidor. PIS/COFINS e o direito de crédito.....	146
Conclusões .....	151

## **VI. Planejamento Tributário e Sucessório em Empresas Familiares no Agronegócio, 153**

*Tatiana Midori Migiyama*

1. Introdução .....	153
2. Direitos e garantias x empresas familiares.....	154
3. Planejamento tributário e sucessório x empresas familiares .....	156
4. Tributação dos resultados na atividade rural x pessoa física x pessoa jurídica .....	159
5. Planejamentos sucessórios x operações comuns .....	164
6. Integralização de imóvel no patrimônio de pessoa jurídica x aspectos tributários .....	167
7. Conclusões.....	172
8. Principais referências .....	173

## **VII. La Mano De Dios: o FETHAB e a Suprema Jurisprudência, 175**

*Pedro Guilherme Gonçalves de Souza*

1. Introdução .....	175
2. O FETHAB e sua estrutura normativa .....	176
3. A destinação das contribuições ao FETHAB.....	179
4. Natureza jurídica do FETHAB.....	180
5. Lei nº 7.263/00: um menu completo de inconstitucionalidades .....	182
5.1. Violação à delimitação estrita de competência tributária .....	182
5.2. Violação à segurança jurídica dos regimes especiais desonerativos.....	184
5.3. Violação ao princípio da não cumulatividade.....	186
5.4. Violação ao princípio da desoneração das exportações.....	187
5.5. Aspecto quantitativo: violação do princípio da legalidade e da regra de uniformidade de alíquotas do ICMS .....	188

5.6. O FETHAB e a chicana ao Direito Financeiro.....	191
6. O FETHAB na jurisprudência do STF: ludibriado pela “pseudofacultatividade” .....	193
7. A proliferação de fundos de natureza análoga ao FETHAB .....	195
8. Considerações finais.....	197

## **VIII. A Descaracterização dos Contratos de Parceria Rural na Jurisprudência do CARF, 199**

*Tácio Lacerda Gama*

1. Introdução .....	199
2. A natureza jurídica dos contratos de parceria e de arrendamento rural.....	200
3. Do regime jurídico-tributário aplicável aos rendimentos decorrentes do Contrato de Parceria.....	204
3.1. Do Imposto sobre a Renda – IR.....	204
4. Implicações decorrentes da descaracterização do contrato de parceria .....	206
5. Análise da jurisprudência do CARF .....	207
6. Conclusões.....	213

## **IX. O Arquétipo Constitucional do ITR na Compreensão da Exclusão das Áreas Verdes da Área Tributável, 215**

*Florence Haret*

1. Introdução .....	215
2. Crítica ao tratamento da matéria pela Lei nº 9.393/1996.....	216
3. Verdadeira natureza das exclusões das áreas verdes na base de cálculo do ITR .....	220
4. Da ilegal desconsideração da área de reserva legal por descumprimento ou cumprimento extemporâneo de obrigações acessórias.....	222
5. Da incondicionada exclusão das áreas verdes e o exemplo das cobertas por florestas nativas .....	226
6. Do princípio da prevalência da realidade .....	235
7. Conclusão .....	238

## **X. Imposto de Renda e Ganho de Capital na Venda de Imóvel Rural, 241**

*Carlos Roberto Occaso*

1. Introdução .....	241
2. Do ganho de capital na venda de imóvel rural .....	243
2.1. Da desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária.....	243
3. Do ganho de capital na venda de imóvel rural por pessoa física.....	245
3.1. Da definição do VTN.....	246
4. Do ganho de capital na venda de imóvel rural por pessoa jurídica.....	248
4.1. Do ganho de capital de imóvel registrado como estoque no Ativo Circulante para empresa do lucro presumido.....	252
4.2. Do ganho de capital na venda de imóvel por optante pelo Simples Nacional.....	252
5. Da venda de imóvel por cooperativas.....	255
5.1. Do ato cooperativo.....	255
5.2. Da tributação das Cooperativas .....	256
5.3. Do ganho de capital na alienação de bens do ativo imobilizado .....	260
5.4. Do ganho de capital na venda de Bem não de uso por Cooperativa de Crédito .....	261
6. Conclusão .....	268
7. Referências.....	269

## **XI. O Desafio de Cumprimento da Missão Constitucional do Setor Agropecuário na Reforma Tributária, 271**

*Rudy Maia Ferraz e Felipe Costa Albuquerque Camargo*

1. Essência das propostas de emenda à constituição denominadas de reforma tributária.....	272
2. Premissas falsas para o agronegócio .....	277
3. Inconstitucionalidade de uma reforma tributária com alíquota única.....	282
4. Necessidade de solução da complexidade tributária brasileira à luz dos mandamentos constitucionais para o agronegócio.....	294

## **XII. Aspectos Tributários na Produção do Biocombustível , 299**

*Fábio Pallaretti Calcini*

1. Introdução .....	299
2. Tributação, extrafiscalidade e sustentabilidade .....	300
3. PIS/COFINS .....	302
3.1. Aspectos gerais.....	302
3.2. Aquisição de matéria prima. Suspensão .....	304
3.3. Não cumulatividade e créditos pelas produtoras de biocombustível.....	307
3.4. Produção e comercialização. Incidência na saída.....	311
4. Contribuições Previdenciárias. Folha/Remuneração x Receita Bruta....	318
5. RenovaBio. Política Nacional de Biocombustíveis .....	321
6. Considerações Finais .....	329

## **XIII. Tratamento Tributário em Contratos Agrários e o Livro Caixa Digital do Produtor Rural, 331**

*Eduardo Diamantino*

1. Do contexto atual.....	331
2. Contratos agrários no Brasil .....	332
A ocupação do território brasileiro .....	332
3. Tributação dos contratos agrários no Brasil .....	337
4. Diferenciação entre parceria e arrendamento rural para fins tributários .....	340
5. Apuração do resultado da atividade rural .....	343
6. A Jurisprudência do CARF .....	346
7. Como o Livro Caixa da Atividade Rural vem sendo utilizado pela Fiscalização. ....	347
8. Conclusão .....	348

## **XIV. Reforma Tributária: Riscos para o Agronegócio, 351**

*Eduardo Lourenço*

Introdução .....	351
I. As particularidades do setor agropecuário .....	353

II. O que deve ser respeitado na reforma tributária sob o aspecto do setor agropecuário.....	357
III. Sugestões de tratamento adequado.....	360
Conclusão.....	361

## **XV. Disputas Comerciais Internacionais (OMC) Envolvendo Produtos do Agronegócio, 363**

*René Guilherme S. Medrado e Carol Sayeg*

I. Introdução.....	363
II. A Organização Mundial de Comércio e a regulamentação do setor agrícola.....	364
III. O setor agrícola no Brasil e a importância da OMC como mecanismo para abertura de mercado.....	381
IV. Conclusão.....	383
V. Referências.....	384

## **XVI. Planejamento Patrimonial e Sucessório em Empresas Familiares no Agronegócio, 387**

*Priscila Farisco Rocha Leite*

I. O agronegócio e as empresas familiares.....	387
II. A necessidade de proteção de patrimônio e sua relação com a ordenação de sucessão.....	388
III. Desconsideração de personalidade jurídica, exposição de patrimônio pessoal e sucessão.....	389
IV. Delineamento das estruturas familiares no Brasil/regimes e consequências.....	394
V. Regras de divisão de bens/divórcio e sucessão/limites de legado: legítima x disponível.....	398
VI. Medidas protetivas de patrimônio, com respeito às regras de sucessão.....	398
VI.1. Bens impenhoráveis.....	398
VI.2. Transmissão não onerosa de bens/cláusulas de usufruto.....	403
VI.3. Utilização de instrumentos internacionais – <i>trust</i> e fundações.....	408
VII. Limites às condutas de proteção patrimonial.....	412
VIII. Conclusão.....	413

## **XVII. Discussões Acerca da Base de Cálculo do ITR, 415**

*Thales Saldanha Falek e Gabriel Hercos da Cunha*

Introdução .....	415
A Constituição federal, o ITR e sua legislação de regência .....	415
Base de cálculo do ITR e o valor da terra nua tributável .....	417
Jurisprudência do CARF sobre o assunto .....	423
Conclusão .....	427

## **XVIII. Depreciação Acelerada na Atividade Rural: O Caso da Exaustão e os Limites Interpretativos Frente aos Objetivos Constitucionais, 429**

*Paulo Honório de Castro Júnior*

1. Introdução .....	429
2. A interpretação conforme a constituição, a partir da obra de Karl Larenz e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	431
3. Teste dos sentidos possíveis para a expressão “depreciados”, contida no artigo 6º, da MP nº 2.159-70/2001, e verificação de sua conformidade com a Constituição .....	433
3.1. Os sentidos possíveis.....	433
3.2. Interpretação do termo “depreciados”, contido no artigo 6º, da MP nº 2.159-70/2001, conforme a Constituição.....	438
4. Esclarecimento sobre a aplicação do art. 111, do CTN, na interpretação do art. 6º da MP nº 2.159-70/2001 .....	446
5. Conclusões.....	447
Referências .....	450

## **XIX. Regime Especial de Exportação de *Commodities* Agrícolas para Fins de Controle do ICMS e Suas Inconsistências Normativas: Práticas Abusivas em MS e MT e que Ameaçam se Espalhar Brasil Afora 453**

*Leonardo Furtado Loubet*

I. A relevância do tema analisado.....	453
II. Os diplomas normativos que criaram o tal “regime especial de exportação” .....	455
III. Os contornos jurídicos da imunidade tributária de ICMS: a desoneração da exportação não está na Lei Kandir, diferentemente do que amiúde se diz .....	464

IV. A distinção entre exportação direta e indireta caiu com o julgamento do caso paradigma do funrural-exportação .....	466
V. A violação ao primado da legalidade .....	469
VI. As obrigações acessórias não podem ser instituídas com o fim precípua de se revelarem obrigação principal, como acontece no caso em exame .....	470
VII. Um conflito normativo gritante: os procedimentos legais comprobatórios da exportação (disciplinados exclusivamente por normas federais!). E o caráter sancionatório das autuações lavradas sob o pressuposto de descumprimento do regime especial .....	471
VIII. As inconsistências do RMS nº 21.789/MS, que validou essa sistemática .....	474
IX. A inconstitucionalidade adicional do regime especial de exportação criado pelo estado de MS: regra de equivalência – para cada tonelada exportada, uma tonelada comercializada no mercado interno.....	478
X. A inconstitucionalidade adicional do regime especial de exportação criado pelo estado de MT: compulsoriedade no recolhimento do FETHAB.....	479
XI. Conclusões .....	480

**XX. Aspectos Tributários Relacionados aos  
Ativos Biológicos: Ajuste a Valor Justo e  
Alteração de Regime de Tributação, 483**

*Diego Aubin Miguita e Diogo Olm Arantes Ferreira*

Introdução .....	483
Panorama do tratamento contábil dos ativos biológicos .....	484
Panorama sobre o tratamento tributário do AVJ na apuração do lucro real.....	492
Impactos na mudança do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido.....	498
Conclusão.....	506

**XXI. Imposto de Renda Sobre Ganho de  
Capital na Alienação de Imóveis Rurais, 509**

*Francisco de Godoy Bueno*

Introdução .....	509
1. Ganho de capital e renda tributável .....	510

2. Base de cálculo do ganho de capital na alienação de imóveis rurais .....	512
3. Restrições ao preceito da Lei nº 9.393 pela Receita Federal .....	514
Considerações finais .....	516
Referências .....	517

## **XXII. Adequado Tratamento Tributário ao Ato Cooperativo, 519**

*Amanda Oliveira Breda Rezende*

1. Introdução .....	519
2. Cooperativismo e o ato cooperativo.....	519
3. O adequado tratamento tributário ao ato cooperativo .....	529
4. Tributação das cooperativas .....	535
5. Considerações finais.....	535

## **XXIII. O Tratamento Tributário da Subvenção para Investimento, 539**

*Gabriel Hercos da Cunha e Thales Saldanha Falek*

Introdução .....	539
As subvenções e a Lei Complementar nº 160/17 .....	541
Conclusão.....	547

## **XXIV. Valor Justo de Ativos Biológicos: Realização da Renda e Hipóteses de Falsa Neutralidade Tributária à Luz da Lei 12.973/14, 551**

*Bruna Camargo Ferrari*

Introdução .....	551
Ativos Biológicos, Produtos Agrícolas e a sua Mensuração a Valor Justo .....	552
Acréscimo Patrimonial e a não realização do valor justo do ativo biológico antes da sua colheita e exaustão .....	555
Tributação do Valor Justo pela Lei 12.973/14 e hipóteses de “falsa” neutralidade.....	559
Conclusões .....	567